



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



"OCUPAS" E INSURGÊNCIAS NA SÃO PAULO DO SÉCULO XXI

"OCUPAS" Y INSURGENCIAS EN SÃO PAULO EN
EL SIGLO XXI

*Alúzio Marino, doutorando em Planejamento e Gestão do
Território pela UFABC, aluizio.marino@ufabc.edu.br*

RESUMO

Ao longo do texto serão traçadas algumas críticas acerca da dimensão da participação social nas práticas tradicionais de planejamento e gestão do território, para então justificar a necessidade de outra abordagem, que dialoga com a ideia de planejamento subversivo. Para tanto, a investigação parte da perspectiva "do chão", a partir de uma cartografia social que mapeou as recentes ocupações na cidade de São Paulo. Identificando esses processos insurgentes como experiências sociais potentes para a construção de alternativas.

Palavras Chave: participação social, território, insurgências, cartografia social, ocupações.

ABSTRACT

A lo largo del texto se dibujará algunas críticas sobre la dimensión de la participación social en las prácticas tradicionales de planificación y gestión de el territorio, para justificar la necesidad de otro enfoque, cerca de el concepto de la planificación subversiva. Por lo tanto, la búsqueda de la perspectiva "desde el suelo" de una cartografía social que asigna las recientes ocupaciones en Sao Paolo. Se entiende que estos procesos insurgentes son experiencias sociales potentes para la construcción de alternativas.

Palabras Clave: participación social, territorio, insurgencias, cartografia social, ocupaciones.

INTRODUÇÃO¹

Trata-se de uma reflexão teórica e prática acerca de processos insurgentes, traduzidos em ocupações que ocorreram durante o desenrolar do século XXI, na cidade de São Paulo. Configura-se como uma etapa do processo de construção da tese de doutorado do autor cujo objetivo é evidenciar a potência desses processos e sua fundamental importância para a construção de novas formas de planejamento e gestão pública.

O artigo foi apresentado como trabalho de conclusão da disciplina "Planejamento e gestão dos territórios: teorias e conceitos avançados", ministrada pela Prof. Dr. Jeroen Klink. O qual contribuiu imensamente para com a construção das ideias e reflexões tecidas ao longo do texto.

O artigo se divide em quatro partes, além da presente introdução. A primeira parte faz uma breve explanação acerca do processo que constitui a cidade de São Paulo e a implicação aos territórios que a compõe. Compreendidos aqui como diversos e desiguais. O que ilustra um enorme desafio a qualquer tentativa de planejamento e gestão pública.

A segunda parte sintetiza uma bibliografia crítica acerca das abordagens colaborativa e comunicacional do planejamento (RANDOLPH, 2007), que enfatiza as problemáticas presentes no processo de construção e aplicação dos planos diretores (VILAÇA, 1999 e 2005), principal prática de planejamento no Brasil e em São Paulo. Trata-se de uma crítica que considera os avanços construídos no campo teórico e institucional (HEALEY, 1997 e 2003) e aponta caminhos para abordagens diferentes.

O planejamento subversivo, conceito cunhado pelo cientista social e professor do IPPUR - UFRJ, Rainer Randolph (2007), é desdobrado na terceira parte do artigo. O conceito trás uma abordagem diferente das discutidas anteriormente, propondo uma inversão de lógica, onde os processos insurgentes, ou seja, a ação e o tempo dos grupos sociais, orientem o planejamento e a gestão dos territórios.

Na intenção de materializar um conceito abstrato, a quarta e última parte do artigo aproxima o planejamento subversivo da realidade. Para tanto, a partir de uma cartografia social, faz o mapeamento de processos insurgentes, traduzidos em ocupações protagonizadas pelas juventudes da cidade de São Paulo no século XXI. A partir disso propõe uma inversão de lógica, onde a ação paute a política, e não o contrário.

1. SÃO PAULO: TERRITÓRIOS DE UMA CIDADE DIVERSA E DESIGUAL

São Paulo é uma ferida exposta, onde coexistem várias cidades em uma só. Fruto de um processo de ocupação do território altamente desigual, comandado pelas elites locais em sintonia com o capital financeiro internacional. Uma cidade global, diversa e desigual, onde o rendimento médio das regiões mais ricas, de acordo com dados do Censo 2010, organizados no Atlas das Regiões Metropolitanas Brasileiras, chega a ser trinta e seis vezes maior quando comparadas as mais pobres.

O mapa "São Paulo: territórios desiguais e diversos", presente na próxima página nos ajuda a compreender o cenário desigual presente na cidade. Observamos um centro expandido altamente

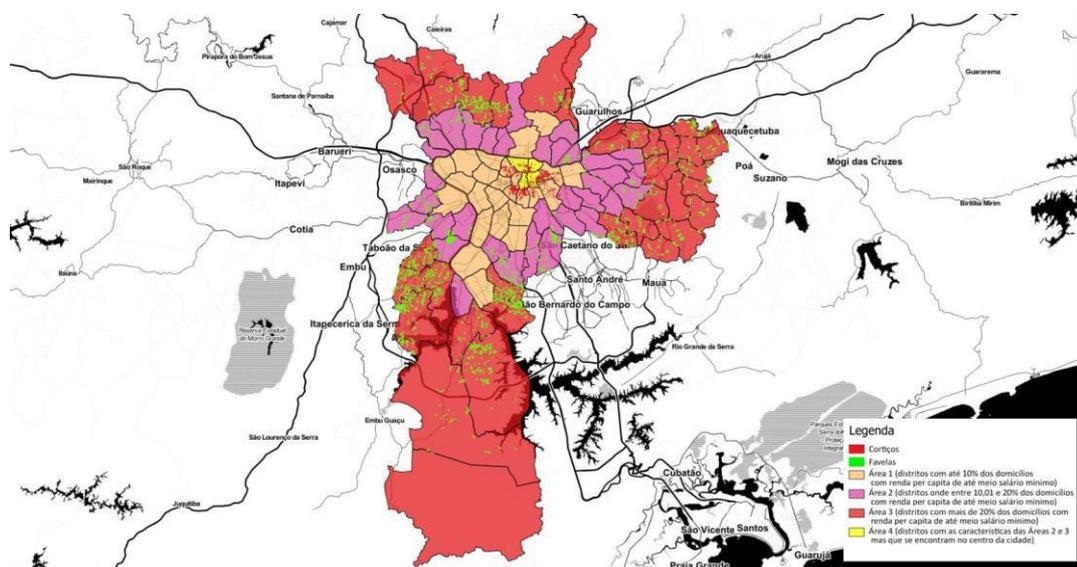
¹ As autoras agradecem as contribuições da Dra. Glenda Dantas Ferreira, as quais foram de significativa importância para a construção das ideias presentes neste artigo.

urbanizado e rico (área 1), mas que também possui sua periferia - a periferia do centro ou, paradoxalmente, o centro da periferia -, que compreende o centro histórico da cidade (área 4). Verifica-se também um conjunto de distritos que circula o centro expandido, com presença

moderada de famílias em condições precárias (área 2); e um conjunto de distritos geograficamente periféricos (área 3), onde estão localizadas a grande maioria das favelas, territórios fragmentados, que possuem identidades, vozes, potências e ao mesmo tempo demandas e urgências específicas.

O mapa ilustra a "ferida exposta", composta por fragmentos diversos e desiguais que compõe a cidade, e nos ajuda a compreender o desafio que envolve qualquer tentativa de planejamento e gestão dos territórios. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a realidade é ainda mais complexa e, por isso, impossível de representar em um único mapa. Pois cada fragmento presente nessa representação visual corresponde a uma realidade específica.

Mapa 1 São Paulo: territórios desiguais e diversos



Fontes: Prefeitura de São Paulo. Dados abertos da cidade de São Paulo. Dados Geoespaciais (2012); e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico (2010). Elaboração do autor.

As análises do geógrafo brasileiro Milton Santos (2001) contribuem com essa afirmação, pois em sua visão, um território, para além de um recorte geográfico rígido, é uma composição onde se reproduzem dinâmicas e interações complexas. Interações que, ao mesmo tempo, significam e dão significado aos espaços. É no território onde se formam as identidades, nele está inserido o sentido de pertencimento.

Por exemplo, em São Paulo a "quebrada" - expressão popular que remete ao bairro ou a favela - é sinônimo de identidade a grupos, coletivos e até mesmo comunidades inteiras. A partir desse exemplo, fica evidente a fronteira tênue entre diversidade e desigualdade. A diversidade expressa nos territórios que compõe a cidade de São Paulo é também fruto de um processo de ocupação onde a maioria da população foi excluída, o que implica na existência de uma "cidadania diferenciada" (HOLSTON, 2013), onde uma minoria tem "direitos" e acesso a bens e serviços diferenciados.

A intenção do artigo não é levantar todo o processo de formação e ocupação da cidade. Entretanto, a partir das informações e referências compartilhadas, evidencia a necessidade de outras abordagens de planejamento e gestão do território, que transformem a lógica existente: desigual, excludente e diferenciada. Para tanto, compreende-se que é fundamental problematizar a dimensão da participação social nesse processo, bem como propor novas possibilidades.

2. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS PRÁTICAS TRADICIONAIS DE PLANEJAMENTO.

2.1 PLANEJAMENTO COLABORATIVO E PLANO DIRETOR

No artigo “Do planejamento colaborativo ao planejamento subversivo”, Rainer Randolph faz uma análise acerca das práticas de planejamento urbano no Brasil, com ênfase a dimensão participativa destes instrumentos, problematizando qual a real capacidade em garantir o envolvimento da sociedade civil nos processos de planejamento e gestão dos territórios.

O autor faz uma crítica direta ao principal instrumento existente no Brasil, o plano diretor. Constituído a partir da lógica europeia do “master planning”, pautada pela abordagem do planejamento colaborativo. Tal abordagem de planejamento, aponta Randolph, nunca garantiu uma participação social efetiva. Segundo suas próprias palavras, “uma das características principais dessa proposta de colaboração é que ela se encontra limitada, basicamente, ao nível simbólico” (RANDOLPH, 2007. p. 2)

Sobre os planos diretores, criados a partir da constituição de 1988, Randolph tem uma posição crítica, que se assemelha as famosas objeções do arquiteto Flávio Villaça. O autor deixa claro que, ao analisarmos a aplicação do instrumento ao longo dos anos, seus impactos foram mínimos, o que não justificou o grande esforço de elaboração destes.

Desde a criação dessa figura na Constituição brasileira de 1988, seu destino foi errático na década de 1990; não foi elaborado em todos os municípios para os quase a Constituição determina isso; muitas vezes, não passou de uma peça sem função e importância. (RANDOLPH, 2007. p. 2)

O autor aponta ainda, que mesmo com a criação do estatuto da cidade em 2003, pouca coisa muda com relação à participação social nas práticas de planejamento urbano no Brasil. A forma como se desenrola não garante que o olhar da população envolvida seja realmente levado em conta, servindo apenas como validação e legitimação de decisões previamente moldadas por um corpo técnico “especializado”.

A participação da população [Art. 2, inciso II sobre gestão democrática] serve mais para a validação e legitimação sob o selo democrático de práticas definidas como desejáveis por setores hegemônicos. [...] Essa participação não se faz ao nível das decisões políticas e estratégicas (RANDOLPH, 2007. p. 3).

A partir das análises de RANDOLPH (2007) podemos concluir que, na perspectiva do planejamento colaborativo, o exercício da participação não garante que os planos e instrumentos criados contemplem a diversidade de vozes, olhares, demandas, necessidades presentes nos territórios.

Para o autor, historicamente, o planejamento urbano no Brasil serviu como instrumento para manutenção de uma lógica excludente.

Nestas condições como as políticas urbanas – e os Planos Diretores – são elaboradas, mesmo quando surgem de fóruns de debate com participação popular, sua formulação não se libera da racionalidade do Estado capitalista nas suas alianças representadas na democracia representativa. (RANDOLPH, 2007. p. 3)

Flávio Villaça (1999 e 2005) faz uma análise detalhada sobre os planos diretores no Brasil. O autor aponta que no último século a prática do planejamento ganhou uma roupagem participativa, mas que na realidade funciona apenas como discurso. Segundo ele o plano diretor é uma forma de dominação ideológica das elites. Um estrategema teórico e técnico que promete resolver os problemas urbanos, identificados por essa mesma elite, que impõe a ideia de que estão preocupados com estes problemas. Ou seja, para Villaça, o plano diretor cria uma ilusão.

É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo querendo ou não – procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação [...]. Evidentemente num país desigual como o Brasil, com uma abismal diferença de poder político entre as classes sociais, conseguir uma participação popular democrática – que pressuporia um mínimo de igualdade – é difícil. Essa é a principal razão da ‘ilusão da participação popular (VILLAÇA, 2005. p. 50)

Villaça evidencia uma questão central, que é a diferença de linguagem entre os planejadores (segmento representado pelas classes dominantes) e aqueles que são "objeto ¹" deste planejamento, ou seja, as classes sociais menos favorecidas. Essa realidade, inserida na lógica do planejamento colaborativo, deixa evidente a impossibilidade de garantir uma participação real.

O autor faz uma crítica dura, apontando que a ineficiência da dimensão participativa do planejamento colaborativo está vinculada a interesses sociais predominantes, que, na tentativa de assegurar privilégios, criam instrumentos “ilusórios”, para assim garantir uma roupagem democrática aos processos de decisão.

2.2 PROPOSTAS COMUNICATIVAS: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

Para além de tecer críticas, Randolph evidencia alguns avanços dentro das práticas tradicionais de planejamento, fruto da abordagem comunicacional (HEALEY, 1997 e 2003). Segundo ele, nem todas as concepções e práticas de planejamento podem ser rotuladas como instrumentos de dominação ideológica. As propostas comunicativas procuram promover uma verdadeira participação, onde o planejamento assume um papel de “mediador” e “tradutor” entre diferentes vozes, na tentativa de harmonizar os olhares especializados (dos gestores e técnicos), e a vivência cotidiana dos diferentes grupos sociais.

A urbanista britânica, Patsy Healey (1997 e 2003), aponta a necessidade de uma “virada comunicativa”, que garantiria a participação social efetiva nas práticas de planejamento a partir de três diferentes “dimensões”: (i) o rompimento da exclusividade do Estado na prática do planejamento; (ii) a importância do processo, compreendendo o planejamento como um exercício de experimentação e aprendizagem coletivo, não como um meio para alcançar resultados pré-estabelecidos; e (iii) a garantia de que, nesse processo, todos os atores tenham a mesma importância.

Para Randolph o grande mérito das propostas comunicativas é a tentativa de abrir caminhos de mediação, onde os conhecimentos e as vivências de grupos sociais possam influenciar no processo de decisão. Entretanto, o autor aponta que existe uma grande dificuldades para a implantação de um planejamento comunicativo eficaz. Para além de um "manual de instruções" que bastaria ser aplicado, é fundamental compreender as especificidades histórico-geográficas existentes nos territórios.

“Na sua forma, as mediações dialógicas do planejamento comunicativo *..+ deveriam ser mantidas. Elas parecem necessárias, mas não suficientes” (RANDOLPH, 2007. p. 8). Em um país como o Brasil, marcado historicamente por uma cidadania diferenciada, existem uma série de restrições para a aplicabilidade da “virada comunicativa”.

Para além da incapacidade ou despreparo da sociedade civil. Argumento "técnico", muitas vezes utilizado por planejadores e "especialistas". Adotamos como pressuposto que os problemas referentes à dimensão participativa se encontram na engenharia dos instrumentos de planejamento.

A crítica à proposta da participação no planejamento não deve ficar limitada à consideração a certas ‘técnicas’ ou procedimentos; *..+ e muito menos ainda a falta de capacitação daquelas que são envolvidos no processo [...]. O verdadeiro problema é que a maioria das concepções e realizações do planejamento participativo [...] não redefine significativamente e mais radicalmente a própria relação entre o Estado e a sociedade (e contribui, assim, para a perpetuação do status quo). (RANDOLPH, 2007. p. 4)

Portanto, para criticarmos a incapacidade do Estado em garantir formas democráticas de pensar e organizar o território é necessário questionar a forma como este se configura, ou seja, quais “as racionalidades que estão envolvidas [...]para [então] poder avaliar a potencialidade e as limitações da participação nesses processos”. (RANDOLPH, 2007. p. 3)

Em contextos de democracias frágeis como a nossa, marcadas por uma desigualdade socio-espacial histórica, o autor defende a necessidade de radicalizar o processo de construção dos planejamentos. A abordagem neo-institucional, que orienta a proposta comunicativa ou participativa, trás contribuições, entretanto não garante a participação efetiva, muito menos, um planejamento que questione a forma como Estado se organiza.

A partir dessa crítica, Randolph lança a ideia do “planejamento subversivo”. Que quebraria com as lógicas e com os instrumentos tradicionais de planejamento. A partir dessa abordagem a experiência dos grupos sociais são compreendidas como arenas legítimas para a identificação de demandas, urgências, necessidades e, principalmente, respostas para a solução de problemas existentes no território.

3. DESDOBRANDO O PLANEJAMENTO SUBVERSIVO

A existência de um planejamento subversivo exige, em primeiro ponto, que a participação social aconteça no campo da prática. Ao contrário das abordagens do planejamento colaborativo e comunicacional onde a participação acontece apenas no campo do discurso, a subversão exige o fazer, a ação concreta no território.

Para alcançar, então, o verdadeiro patamar da ‘praxis’ é preciso superar, dialeticamente, as limitações de [...] processos fundamentados quase

exclusivamente em representações e discussões simbólicas (discursos).
(RANDOLPH, 2007. p. 7)

A mediação, principal característica da abordagem comunicacional, é um elemento que deve ser incorporado. Entretanto, é necessário ir além. O planejamento subversivo implica na inversão de papéis. Randolph propõe uma nova forma de mediação “que inverte definitivamente as relações entre planejadores e população envolvida nas práticas do planejamento” (RANDOLPH, 2007. p. 10)

Tal inversão tem o sentido de ultrapassar alguns limites presentes na proposta comunicativa. Para Randolph, apenas com o protagonismo dos grupos sociais é possível garantir a que a participação ultrapasse as barreiras da “formalização e abstração da interação social” e sua “consequente alienação”. Já que, nas propostas tradicionais, existe uma hierarquia, que implica em “desigualdade profunda entre a perícia discursiva dos planejadores *...+ e as ricas vivências dos participantes” (RANDOLPH, 2007. p. 4)

Randolph também aponta que, para a efetivação de uma prática de planejamento realmente subversivo, além do protagonismo dos grupos sociais, é fundamental a inversão da relação espaço-tempo. Diferentemente das modalidades tradicionais de planejamento - orientadas por metodologias que organizam inúmeras ideias e discussões em um curto espaço de tempo, que implica na “aceleração dos processos” - o planejamento subversivo acompanha o tempo e a dinâmica específicos dos grupos sociais.

Os espaços de representação podem estar vinculados a um lado mais clandestino e subterrâneo (“underground”) da vida social que não obedecem às regras da consistência e coesão; não envolve tanto o pensamento, mas mais os sentimentos. Como diz Lefebvre, esses espaços têm um núcleo afetivo e abrangem os lugares de paixão, da ação e da situação vivida e, portanto, implica o tempo. (RANDOLPH, 2007. p. 8)

Tal abordagem evidencia a riqueza que até então foi desperdiçada pelas práticas tradicionais de planejamento. Pois é pautada pelas “experiências sociais disponíveis”, em outras palavras, pelos processos insurgentes, ou seja, pela ação e pelo tempo específicos a cada grupo social.

Segundo Randolph, para garantirmos uma prática subversiva de planejamento é necessário, primeiramente, “superar a lógica comunicativa por uma lógica da produção social do espaço”. Em segundo plano precisaríamos “alterar as relações tempo-espaciais do processo de planejamento, uma das principais condições para ele se tornar subversivo”.

Quadro comparativo

Modalidade de Planejamento	Elementos que o constituem	Forma de participação válida ao processo de construção	Papel dos Grupos Sociais em relação ao Estado	Nível de autonomia	Observação
1. Planejamento Colaborativo	Discurso técnico, estabelecido por um corpo de especialistas	Canal de participação organizado pelo poder público	Validação de propostas previamente estabelecidas	Baixo	A participação acontece de forma simbólica, servindo apenas para validar a visão técnica.
2. Planejamento Comunicacional	Mediação entre: (i) discurso técnico, estabelecido por um corpo de especialistas; (ii) saberes dos grupos sociais	Canal de participação organizado pelo poder público	Contribuir com seus saberes e validar o resultado final junto ao poder público	Relativo	Processo de disputa política que depende das características locais. Difícil aplicação em um país como o Brasil, marcado por um processo histórico de cidadania diferenciada.
3. Planejamento Subversivo	Saberes e práticas dos grupos sociais	Experiências sociais disponíveis	Protagonista	Alto (em teoria)	Conceito abstrato, necessita de aproximações ao mundo real

4. APROXIMANDO O CONCEITO DA REALIDADE

A ideia de planejamento subversivo por si é abstrata e de difícil compreensão. Trata-se de um conceito que necessita aproximação com a realidade. Nesse artigo a intenção é compreender caminhos possíveis para tal aproximação, a partir de experiências sociais disponíveis na cidade de São Paulo nos últimos 15 anos.

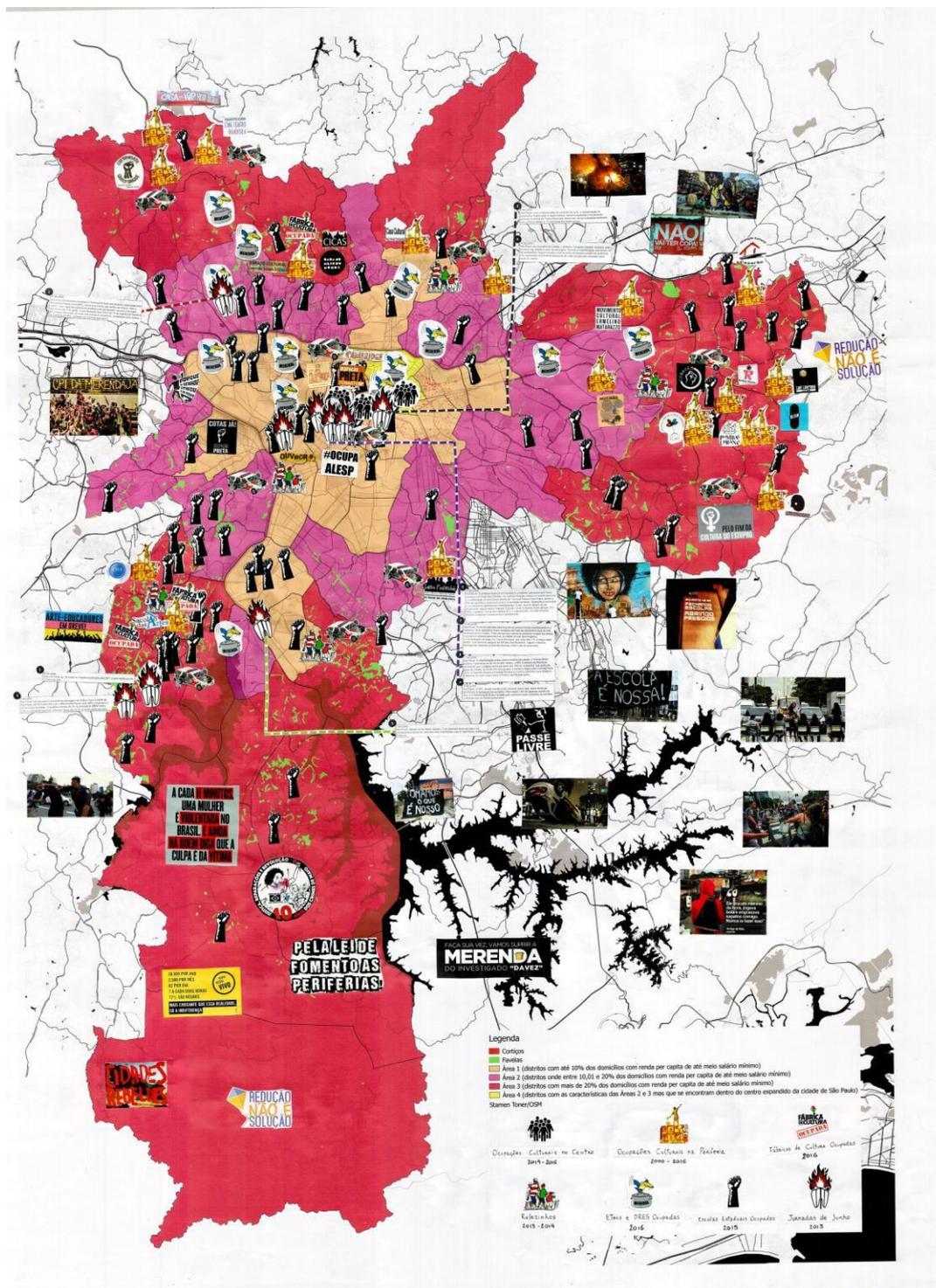
Para tanto, foi estabelecido um levantamento de processos insurgentes que resultaram na ocupação de espaços públicos e privados. Protagonizados por jovens que a partir da ação prática questionam o sistema de representação vigente e exigem que suas ideias tenham condições de se desenvolver. São ocupações culturais na periferia e no centro da cidade, ocupações das escolas, ETEC's, DRE's e fábricas de cultura, jornadas de junho e rolezinhos.

Tal levantamento aconteceu a partir de um exercício prático de cartografia social (ASCELRAD, 2013), conjunto de metodologias que buscam disseminar os conhecimentos relativos a produção de mapas e informações cartográficas, caracterizando-se como um processo de apropriação de conhecimentos por grupos sociais que historicamente foram excluídos destes.

A experiência da cartografia social foi construída em parceria com outros dois pesquisadores, que assim como o autor, são colaboradores ativos de alguns dos processos identificados. Sua aplicação contou com a colaboração de doze jovens, inseridos no programa Jovem Monitor Cultural²², e com o apoio da Ação Educativa e do Instituto Polís. Foram dois encontros com os jovens, onde foi possível compartilhar conhecimentos teóricos e possibilidades de aplicação prática e coletiva orientadas pela cartografia social.

²² programa da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, que inseri jovens na gestão de equipamentos públicos de cultura, dando preferência aqueles que já residem nos territórios onde se localizam os equipamentos e que tenham atuação em coletivos ou movimentos culturais.

Mapa 2 Cartografia social São Paulo ocupada



Facilitação do autor.

Para além de resistências pontuais e isoladas. Caracterizam-se como processos políticos conectados. Insurgências distintas, mas que possuem pontos comuns, tais como a prática

autônoma e o discurso apartidário. Em tempos de uma crise política que evidencia a incapacidade das instituições, burocracias e modelos de representação vigentes. A ação desses grupos nos dão respostas e mostram caminhos.

A auto-gestão da fábrica de cultura do Capão Redondo. Fruto da luta recente dos "aprendizes" que, durante os cinquenta e um dias de ocupação e resistência, promoveram uma programação cultural autônoma, em um processo que envolveu educadores e coletivos culturais de diferentes regiões da cidade. A mesmo tempo, questiona o modelo de gestão das organizações sociais de cultura e, indiretamente, a prática privatista da política cultural.

A capacidade de articulação dos estudantes secundaristas, que em um período de dois anos ocuparam mais de oitenta equipamentos públicos educacionais primeiramente contra o fechamento de salas de aula e em um segundo momento pela melhora do serviço de alimentação e por uma investigação sobre suposto esquema de corrupção atrelado aos contratos de suprimento de merenda escolar. Ao longo deste tempo, as ocupações evidenciaram uma série de problemas na gestão destes espaços, propondo na prática, formas mais horizontais de pensar a gestão escolar.

O histórico de ocupações culturais nas periferias, processos consolidados onde coletivos (re)significam espaços públicos ociosos, alguns a mais de 10 anos desenvolvendo ações e articulações culturais autônomas. Muitos desses cumprem o papel que o Estado negligencia historicamente, sendo em suas regiões as principais referências como espaço cultural comunitário. Sem falar no recente processo de construção da Lei de Fomento a Periferia, projeto de lei popular construído durante um processo de três anos e que contou com a contribuição de coletivos e redes que representam as regiões da cidade de São Paulo.

Os relatos descritos acima evidenciam práticas que, na perspectiva do planejamento: (i) superam a lógica comunicativa, a partir da produção social do espaço; e (ii) com o foco na autonomia, alteram a relação tempo-espaço.

Ao invés de compreendê-los como movimentos com pautas desorganizadas, ou, no extremo, como problema de segurança pública. Na abordagem subversiva tais processos constituem as "experiências sociais disponíveis". A partir dessas experiências se mostram possíveis, por exemplo, modelos de gestão cultural e educacional onde crianças, jovens, professores e comunidade compartilhem as decisões e questões pertinentes a realidade específica de cada território.

Existe um grande potencial nas ações desenvolvidas por redes de educadores informais, coletivos e movimentos insurgentes. Grupos que já desenvolvem atividades de formação, criação e experimentação emancipatórios. Que, para além de suas urgências, discutem no cotidiano questões estruturais, como o racismo, o genocídio da juventude negra e a igualdade de gênero, temas estes pouco ou nada envolvidos na construção de planos diretores e demais instrumentos de planejamento tradicional.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, 2013.
- HEALEY, P. **Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies**. London: Macmillan, 1997.
- HEALEY, P. **Collaborative planning in perspective**. *Planning Theory*, vol 2 (2): 101-123, 2003.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Cia das Letras, São Paulo, 2013.
- RANDOLPH, R. **Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil**.; Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (17). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>> [ISSN: 1138-9788]
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização, do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record – 6ª ed. 2001.
- VILLAÇA, F. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, agosto de 2005; disponível em <http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>.
- VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbana no Brasil**. In: O Processo de Urbanização no Brasil / CsbaDeák. Sueli Ramos Schiffer (organizadores) – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

Links acessados:

http://www.pnud.org.br/idh/Atlas-Regioes-Metropolitanas.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasRegioesMetropolitanas

Cartografia detalhada: <https://prezi.com/0xmseeosgmfl/sao-paulo-ocupada/>